



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Fazenda

CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A.

COMPANHIA ABERTA
C.G.C./MF Nº 00.979.969/0001-56 - NIRE 43 3 0003451 8
AVENIDA MAUÁ, 1155 - 5º ANDAR - PORTO ALEGRE (RS)



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Cumprindo disposições legais e estatutárias, apresentamos aos Senhores Acionistas o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007, acompanhados da manifestação do Conselho de Administração e dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

No plano internacional o ano foi marcado pela crise provocada pelo mercado americano de hipotecas de imóveis no segundo semestre, que provocou turbulência nas principais bolsas do mundo, inclusive a do Brasil.

Apesar dessa instabilidade, o mercado brasileiro de capitais apresentou excelente desempenho em 2007. A valorização acumulada do índice BOVESPA alcançou 43,6% no ano, refletindo a boa performance do setor.

A taxa SELIC situou-se em 11,25% no final do exercício, contra 13,25% em 31/12/06, o que corresponde a uma redução de 15,1% no ano.

A queda da taxa básica de juros no primeiro semestre e a relativa estabilidade na segunda metade do ano, o volumoso ingresso de recursos externos para aplicação no país, a expectativa otimista quanto à elevação da classificação de risco do Brasil, foram fatores que contribuíram de forma decisiva para o bom desempenho do mercado.

Os volumes de ações e de debêntures registradas na CVM para oferta pública alcançaram, respectivamente, R\$ 67,3 bilhões e R\$ 46,5 bilhões, contra R\$ 26,9 bilhões e R\$ 69,5 bilhões em 2006. O número de registros de ações e de debêntures alcançou 146 no ano, refletindo um crescimento de 37,7% no período.

Vale ressaltar que os registros na CVM para oferta pública, têm batido sucessivos recordes nos últimos três anos, constituindo-se em atraente fonte de recursos para as empresas emissoras.

O mercado secundário de debêntures, embora ainda incipiente, registrou volume de operações cerca de 100% superior ao verificado em 2006, beneficiando os investidores e os emissores desses títulos.

No campo regulatório cabe destacar a edição da Instrução CVM nº 461, em outubro, trazendo nova regulamentação para a constituição e o funcionamento das Bolsas e os mercados de balcão organizado, governança e regulação para o setor.

Diante deste cenário favorável para o mercado de debêntures a CADIP promoveu a 11ª emissão, deliberada pela AGE de 05/07/07, tendo como data de emissão 15/07/07 e de vencimento em 15/07/09, com garantia subordinada, no montante de R\$ 130.000.000,00. As debêntures foram totalmente colocadas no mercado no 2º semestre de 2007.

O saldo da 9ª emissão foi amortizado em 15/03/07, data do vencimento final da operação.

A CADIP não recomprou debêntures da 10ª e da 11ª emissão, estando no mercado a totalidade desses títulos, cujo saldo em 31/12/07 soma R\$ 140.309.297,88. Mantendo a tradição, a Companhia cumpriu tempestivamente seus compromissos com os senhores debenturistas, com a CVM e o mercado de capitais.

No exercício de 2007 as receitas operacionais somaram R\$ 24.812 mil, contra R\$ 21.967 mil em 2006, representando um crescimento de 13,0% no exercício, com predominância de receitas decorrentes da Equivalência Patrimonial da participação societária na CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento.

As despesas operacionais alcançaram R\$ 10.415 mil, contra R\$ 38.800 mil em 2006. A redução de despesas financeiras contribuiu significativamente para a melhora neste item.

O incremento nas receitas, conjugado com a redução de despesas operacionais, resultou em lucro líquido de R\$ 14.397 mil no exercício 2007, revertendo o prejuízo de R\$ 16.833 verificado em 2006.

O expressivo crescimento verificado nas contas patrimoniais no exercício decorreu do ingresso de recursos pela colocação das debêntures da 11ª emissão, bem como do resultado da equivalência patrimonial de investimentos, a despeito das amortizações efetuadas no exercício.

Assim, o Ativo Circulante registrou um crescimento de 109,1% no exercício, com ênfase para a evolução das aplicações de liquidez imediata. No Passivo Circulante o incremento verificou-se na conta Debêntures, igualmente em decorrência da 11ª emissão.

O índice de liquidez financeira corrente, situado em 1,46, indica boas condições de solvência de seus compromissos financeiros de curto prazo.

A Companhia não está respondendo a contenciosos trabalhistas, fiscais ou de qualquer outra ordem.

O quadro de pessoal é integrado por funcionários da administração direta e indireta do Estado, cedidos sem ônus para a Companhia.

Os Auditores Independentes, contratados pela Companhia em 1º/02/06, para auditar os exercícios de 2006 e 2007, prestam exclusivamente serviços de auditoria contábil independente.

O conceito da CADIP junto ao mercado de capitais brasileiro vem se consolidando, o que lhe possibilita usufruir de vantagens em suas operações.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado e a confiança dos Senhores Acionistas, que muito contribuíram para o bom desempenho das atividades da Companhia ao longo do exercício de 2007.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO – (Em milhares de R\$)

	ATIVO	
	2007	2006
CIRCULANTE	145.940	69.794
Disponibilidades	134.524	46.431
Bancos	15.053	443
Aplicações de Liquidez Imediata	119.471	45.988
Créditos	11.416	23.363
Outros Créditos	11.416	23.363
Estado do Rio Grande do Sul	-	21.475
Juros s/Capital Próprio	8.382	491
Créditos Tributários	3.034	1.397
NÃO CIRCULANTE	220.845	206.339
PERMANENTE	220.845	206.339
Investimentos	220.845	206.339
Ações de Empresa Coligada	220.845	206.339
TOTAL DO ATIVO	366.785	276.133

	PASSIVO	
	2007	2006
CIRCULANTE	100.003	37.607
Debêntures	98.950	33.631
Obrigações - Estado do Rio Grande do Sul	-	3.922
Outras Obrigações - Pagamentos a Efetuar	141	-
Impostos e Taxas	912	54
NÃO CIRCULANTE	41.359	27.500
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	41.359	27.500
Debêntures	41.359	27.500
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	225.423	211.026
Capital Social	291.118	291.118
Prejuízos Acumulados	(65.695)	(80.092)
TOTAL DO PASSIVO	366.785	276.133

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia tem como objetivo social prestar serviços tendentes a auxiliar o Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar no mercado obrigações, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários.

2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na forma da Legislação Societária e de acordo com as normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

É adotado o regime de competência de exercícios.

b) Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros, destinados a alcançar o objeto social da Companhia, descritos nas notas de números 4, 5, e 7, estão representados, substancialmente, na contabilidade pelas aplicações financeiras de liquidez imediata, por créditos e por debêntures, sendo os valores dos mesmos iguais, nos casos aplicáveis, aos de mercado, não sendo evidenciado, até o momento, nenhum risco para a realização destes ativos.

c) Investimentos

O investimento relevante em empresa coligada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base o patrimônio líquido da coligada levantado na mesma data-base de 31 de dezembro de 2007, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

4. DISPONIBILIDADES

Referem-se, preponderantemente, a recursos aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5. CRÉDITOS

Representam os Juros sobre Capital Próprio a Receber, os créditos tributários referentes a CSLL, IRPJ, a compensar e IRRF.

6. INVESTIMENTOS - PERMANENTE

A participação em empresa coligada está assim demonstrada:

Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN (Posição em 31 de dezembro de 2007)		Valor em R\$ mil
Volume Total de Ações da Investida	407.318.052	
Ordinárias	203.659.026	
Preferenciais	203.659.026	
Patrimônio Líquido da Investida	562.215	
Volume de Ações da Investida possuídas pela CADIP	160.000.000	
Espécie e Forma	PN	
% de Participação Sobre o Capital Total	39,28%	
% de Participação Sobre o Capital Não Volante	78,56%	
Lucro Líquido do Exercício da Investida	53.351	
Valor Contábil do Investimento:	220.845	
Saldo Inicial	231.200	
Resultado da Equivalência Patrimonial	(10.355)	

Nota: Demonstrações Contábeis examinadas por outros auditores independentes.

7. DEBÊNTURES

A Companhia está com a 10ª e 11ª emissões de debêntures no mercado. A totalidade das debêntures está em poder dos investidores. O quadro a seguir informa as principais características das referidas emissões, na posição de 31 de dezembro:

EMIÇÃO	SÉRIE	DATA		VALOR	REMUNERAÇÃO	GARANTIA	PAGTO¹	SALDO	
		EMIÇÃO	VENCTO.					2007	2006
9ª	Única	15/12/05	15/03/07	30.000	104,5% DI	Subordinada	Mensal²	-	7.957
10ª	Única	15/07/06	15/11/08	50.000	104,0% DI	Subordinada	Mensal²	27.608	53.174
11ª	Única	15/07/07	15/07/09	130.000	104,0% DI	Subordinada	Mensal²	112.701	-
TOTAL								140.309	61.131

Notas: ¹ Remuneração e Amortização. ² Dia 15 de cada mês.

Os saldos das debêntures, informados no quadro anterior, correspondem ao valor a amortizar acrescido da respectiva remuneração, calculada *pro rata temporis*, até 31 de dezembro de 2007.

Nenhuma das duas emissões possui cláusula de repactuação de juros, bem como não contam com fundo de liquidez.

As duas emissões estão registradas para negociação na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

Os interessados em obter maiores informações sobre as debêntures dessas duas emissões podem consultar as respectivas Escrituras de Emissão ou Prospectos no site da Companhia: <http://www.cadip.com.br>.

8. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão representadas no Ativo pelas aplicações de liquidez imediata, descritas na nota 4, pelos direitos, descritos na nota 5, e, pelo investimento em ações descrito na nota 6.

9. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, é de R\$ 291.118 mil, totalmente integralizado, dividido em 68.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

10. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Esta rubrica está representada pelos seguintes valores:

ITENS	2007	2006
Reversão de provisão para perdas em Ações	-	9.106
Juros Ativos	-	18
TOTAL	-	9.124

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995 e, atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desempenhados são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

12. CONTENCIOSOS

A Companhia não registra contenciosos trabalhistas, fiscais ou de qualquer outra ordem.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia possui, em 31 de dezembro 2007, base negativa de Contribuição Social no montante de R\$ 23.136 mil (R\$ 23.026 mil em 2006), e, de Prejuízos Fiscais, R\$ 23.136 mil (R\$ 23.025 mil em 2006), sem prazo de prescrição. Conservadoramente, a Companhia não reconhece o ativo fiscal diferido decorrente de base negativa de Contribuição Social no montante de R\$ 2.082 mil (R\$ 2.072 mil em 2006), e, de Prejuízos Fiscais no valor de R\$ 5.784 mil (R\$ 5.756 mil em 2006), sendo que o seu registro contábil ocorrerá na forma estabelecida pela Deliberação CVM 273/98 e na proporção da geração de lucros tributáveis futuros.

14. SEGUROS

A Companhia não possui bens imóveis e nem móveis suscetíveis de serem segurados.

15. ALTERAÇÕES NA LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS (6.404/76)

A Lei nº 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007, alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404/76. Estas alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2008 e aplicam-se às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008. Para fins de apresentação e comparabilidade das Demonstrações Contábeis a serem divulgadas, tais alterações deverão ser aplicadas retroativamente a 31 de dezembro de 2007. A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos efeitos que estas alterações poderão produzir em seu patrimônio líquido e no resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores.

LEONILDO MIGON Diretor Presidente	MARCELO ROBERTO FREIRE Diretor Técnico
CARLOS EDUARDO PROVENZANO Diretor de Relações com Investidores	PAULO CESAR SANTANA NUNES Contador - CRC 034346/0-4 CPF 139.198.490-00

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Diretores e Conselheiros da
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A - CADIP
Porto Alegre / RS

(1) Examinamos os balanços patrimoniais da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A - CADIP, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da coligada Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, e a nossa opinião, no que diz respeito ao investimento no valor de R\$ 220.845 mil (R\$ 206.339 mil em 2006) e do resultado de equivalência patrimonial decorrente dessa coligada no valor de R\$ 14.506 mil (negativo de R\$ 24.861 mil em 2006), está baseada nos pareceres desses auditores independentes.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A - CADIP, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO – (Em milhares de R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2007		2006	
RECEITAS OPERACIONAIS	24.812	21.967		
Receitas Financeiras	10.306	12.843		
Outras Receitas Operacionais	-	9.124		
Resultado da Equivalência Patrimonial	14.506	-		
DESPESAS OPERACIONAIS	(10.415)	(38.800)		
Despesas Financeiras	(8.233)	(12.190)		
Despesas Administrativas	(581)	(693)		
Despesas Tributárias	(1.600)	(1.056)		
Outras Despesas Operacionais	(1)	-		
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	(24.861)		
RESULTADO OPERACIONAL	14.397	(16.833)		
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	14.397	(16.833)		
Lucro/Prejuízo por Ação do Capital Social Final - R\$	0,2117	(0,2475)		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO – (Em milhares de R\$)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	291.118	(63.259)	227.859
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	(16.833)	(16.833)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	291.118	(80.092)	211.026
LUCRO DO EXERCÍCIO	-	14.397	14.397
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	291.118	(65.695)	225.423

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO – (Em milhares de R\$)

DISCRIMINAÇÃO	01/01/07		01/01/06	
	a	a	a	a
1. ORIGENS DE RECURSOS	13.750	31.12/07	35.528	31.12/06
Das Operações:	(109)	8.028		
Lucro/Prejuízo do Exercício	14.397	(16.833)		
Resultado da Equivalência Patrimonial	(14.506)	24.861		
Dos Acionistas e Terceiros:	13.859	27.500		
Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo	13.859	27.500		
2. APLICAÇÕES DE RECURSOS	-	219.106		
Em Investimentos	-	210.000		
Reversão de Provisão para Perdas em Investimentos	-	9.106		
3. AUMENTO(REDUÇÃO) DO CAP. CIRC. LÍQUIDO (1- 2)	13.750	(183.578)		
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE:				
ATIVO CIRCULANTE:				
FIM DO EXERCÍCIO	145.940	69.794		
INÍCIO DO EXERCÍCIO	69.794	311.084		
VARIAÇÃO	76.146	(241.290)		
PASSIVO CIRCULANTE: </				